

AULA 02 ATIVIDADE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE TI NO BRASIL

1. Explique com suas palavras porque observamos que o curso de computação no Brasil hoje tem um número superior de homens.

Não é uma questão tão óbvia assim, tanto que muitas pessoas, inclusive mulheres, acham que não tem a ver com o machismo preexistente, mas, sim, tem a ver.

O meio web é povoado pelos mais diversos tipos de pessoas, porém, este ainda contribui muito para o anonimato de muitas dessas pessoas. Existe uma parcela muito grande de usuário que se aproveitam da possibilidade de anonimato, isso em uma visão mais simplória, para realizarem “brincadeiras” de muito mau gosto. Como sempre, essas brincadeiras são direcionadas às minorias: Mulheres, gays, negros, índios, orientais, nordestinos, deficientes, judeus, etc. Quaisquer pessoas que se encaixem nesse quadro, sofrerão algum tipo de preconceito ou ataque quando estiverem expostos na rede, seja em salas de jogos, bate-papo, redes sociais, etc. E é nessa hora onde o machismo colabora para o foco em mulheres. Estas podem sofrer desde abusos sexuais até os famosos cancelamentos. Ainda, relacionado ao machismo, muitos pais (às vezes por medo também) acabam limitando o acesso de suas filhas aos recursos da rede.

Assim, fica claro que o ambiente computacional não é atrativo às mulheres, o que acaba ocasionando um afastamento destas de cursos relacionados à área de informática, quaisquer que sejam.

2. Explique o que significa a regulamentação de uma profissão e quais as vantagens e desvantagens que o profissional pode obter com a regulamentação da sua profissão.

A regulamentação pode ser comparada com uma parametrização das atividades do profissional em questão. Ou seja, a atribuição de parâmetros para a realização das atividades de forma produtiva e segura. A regulamentação de uma categoria contribui para a obtenção de melhores salários, maior valorização profissional, acesso igualitário a soluções corriqueiras relacionadas à sua atividade, dentre muitas outras.

3. Explique quais as principais diferenças entre os três projetos de lei que tratam da regulamentação do profissional de TI.

O 3065/15 define atribuições, critérios para o exercício, propõe conselhos, penaliza desregramentos éticos, reserva mercado direcionado. Em uma linha parecida vem o 5101/16, mas neste caso apenas define atribuições, critérios para o exercício e regulamenta apenas analista de sistemas. Já o 4408/16 penaliza desregramentos éticos, libera o exercício profissional conforme SBC, e se mostra contra a reserva de mercado.

4. Explique o que é a SBC e qual seu posicionamento sobre a regulamentação da profissão de TI.

A SBC (Sociedade Brasileira de Computação) é uma Sociedade Científica sem fins lucrativos. Tem um grupo de especialistas, que se reúnem para apresentar trabalhos científicos.

Realizam análise e estudos aprofundados sobre os projetos dos demais e publicam resultados em periódicos.

A SBC defende a livre atividade profissional de informática, sem a necessidade de confirmação de um ensino regular ou do diploma.

5. Como futuro profissional de TI, qual seu posicionamento sobre a regulamentação da profissão?

Toda profissão precisa ser regulamentada, principalmente no que diz respeito a qualificação profissional. Uma pessoa pode muito bem aprender a programas e se apresentar para o mercado como um autodidata e ter seu reconhecimento pelo mercado. Porém, isso o torna apenas um profundo conhecedor de um setor dentro da imensidão que é a área de TI.

Este profissional não possui conhecimento e bagagem acadêmica para contribuir cientificamente no desenvolvimento da área. Dessa forma, teríamos menos pesquisa acadêmica de peso para contribuir na implementação das tecnologias existentes aliando o conhecimento adquirido na universidade às experiências vividas na vida profissional.

A falta de regulamentação de uma profissão torna a mesma um mercado de selvagens em que vigora a lei do “quem tem mais pode mais”. Desta forma um patrão pode muito bem ter vantagens econômicas na hora da contratação de um profissional que pode realizar determinado trabalho. Porém, dessa mesma forma, o profissional pode se demitir na primeira oportunidade de aumento salarial. O que colocaria em risco a finalização de um projeto, ou até mesmo a vulnerabilidade de informações importantes da empresa. Além de haver a possibilidade de se contratar alguém com o mínimo de profissionalismo ético, que poderia acarretar danos jurídicos severos para o empreendimento.

Desta forma, tanto pela melhoria no mercado de trabalho, como pelo desenvolvimento da educação, considero que a regulamentação traria muito mais crescimento do que o contrário.